

Conselho do PDU debate apenas pequenos casos

4522985

O Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano de Vitória não tem discutido assuntos de maior relevância no contexto do planejamento urbanístico da cidade, como propor soluções para o problema da existência de 800 obras clandestinas, preservação das áreas verdes e agilização de processos envolvendo terrenos em áreas de marinha, por exemplo. Ao contrário, o organismo de assessoramento do prefeito tem se ocupado a cada reunião ordinária de "casos pequenos", quase sempre, de requerimentos pedindo licença para instalação de comércios em áreas proibidas pela lei 3.158, instituída em fevereiro passado.

Foi o que reconheceu ontem o secretário municipal de Planejamento, Edgard Henrique Klever, também presidente do Conselho Municipal do PDU, ao revelar que está sendo elaborado um projeto de lei no sentido de alterar o artigo 15 da Lei 3.158 que limita a ação do prefeito da capital.

Conforme explicou Klever, o projeto de lei que o prefeito Berrêdo de Menezes deverá encaminhar, ainda este ano, à Câmara de Vereadores, terá um efeito complementar no sentido de que os casos mais simples sejam resolvidos através de decretos do Executivo, sem que seja necessário a cada situação encaminhar projetos ao Legislativo propondo alterações para melhor adequação do PDU.

Os chamados "pequenos casos" somam atualmente 58 processos que estão sendo examinados pelos 15 membros do Conselho Municipal do PDU e consistem, basicamente, em pedidos de comerciantes em instalar imóveis comerciais em zonas residenciais. Cada situação é analisada detidamente, segundo Klever, e o organismo pode recomendar ao prefeito a alteração na legislação visando a atender o requerente.

O secretário de Planejamento, da PMV disse que os conselheiros já analisaram, até o momento, cerca de 30 processos, mas não soube revelar quantos e quais foram atendidos pelo fato de não se incompatibilizar com o PDU. "Teve um caso em que um contribuinte requeria a instalação de uma casa lotérica no terminal rodoviário da Ilha do Príncipe. Entendemos que o local suporta tal atividade comercial embora o PDU proíba tal tipo de coisa. Recomendamos ao prefeito, então, que fizesse um aperfeiçoamento na lei", contou Edgard Klever.

FALTA ESTRUTURA

O presidente do Conselho Municipal do PDU de Vitória, por sua vez, entende que o organismo não pode se prender a "questões menores, simples, de fácil solução", conforme salientou, acrescentando que um decreto do projeto é o

suficiente para que tais problemas sejam superados. "Além disso, precisamos agilizar ao máximo o atendimento ao contribuinte acabando com certas burocracias", defendeu Klever.

Conforme reconheceu o secretário, enquanto que 15 pessoas ficam discutindo a instalação ou não de um pequeno comércio numa rua de Jardim Camburi, por exemplo, problemas graves como a existência de 800 obras clandestinas continuam sem uma solução.

Ele apontou ainda o problema gerado pelos grandes casos de imóveis murados na cidade. Se não analisarmos esta questão, Vitória cada dia ficará mais comprometida em seu paisagismo, trazendo, inclusive, problemas de ventilação. Aquele muro do clube Alvares Cabral, na Beira Mar, é uma das maiores aberrações que já vi em minha vida de planejador urbano. Suas dimensões fogem totalmente aos conceitos paisagísticos", criticou.

Ele aborda, ainda, a situação de imóveis localizados em terrenos de marinha. Esta questão envolve mais a burocracia para se conseguir licenças e outros documentos necessários à regularização do imóvel. "Isso causa atrasos no desenvolvimento urbano da cidade, já que por causa de uma folha de papel o proprietário não pode construir porque não está em dia com esse ou aquele órgão. No meu entender, não importa se a pessoa é ou não dona do terreno. Mas, sim, o que vai ser construído nele", raciocinou.

O secretário lembra também que as áreas verdes são importantes no que diz respeito a um melhor planejamento urbano, sendo que os conselheiros encontram-se praticamente sem tempo para discutir e propor a criação de áreas de preservação permanente. "Quer dizer, se esse problema não for contornado de imediato, o volume de processos será cada vez maior e isso prejudicará em muito um trabalho de mudança de mentalidade a curto, médio e longo prazos, no que toca a parte de desenvolvimento urbano", admitiu Edgard Klever.

FISCALIZAÇÃO

Por outro lado, salientando que o PDU é uma legislação nova — embora tenha levado mais de cinco anos para ser aprovado — Edgard Henrique Klever admitiu também que a estrutura atual da Prefeitura de Vitória não possui condições de garantir a aplicação do PDU, através de um esquema de fiscalização eficiente.

O secretário, contudo, acena com medidas que permitirão até o primeiro semestre do próximo ano criar uma estrutura básica na área de Planejamento. Já está sendo providenciada, por exemplo, a formação de um cadastro informal, abrangendo todos os aspectos da cidade. Um mapa aerofotogramétrico será providenciado para atualização dos dados que hoje estão defasados mais de cinco anos.

Conselho do PDU debate apenas pequenos casos
A gazeta, Vitória, 22 set. 1984. p. 6. 1. c
c. 5 e 6. (Pasta - PDU)